
RECOMENDAÇÃO Nº 2025/0000056554.01PROM_NOA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, pelo Promotor de Justiça de Novo Airão, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, nos artigos 26, inciso I, e 27, parágrafo único, inciso IV, ambos da Lei n.º 8.625/1993, e no artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar n.º 75/1993, bem como no artigo 37, caput e § 1º, da Constituição Federal, e ainda:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, compete ao Ministério Público promover a defesa do patrimônio público e social, da moralidade administrativa e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preceitua o artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o princípio da impessoalidade impõe que os agentes públicos atuem em consonância com o interesse público, vedada a promoção pessoal, sendo vedada qualquer forma de autopromoção de gestores com o uso da máquina pública;

CONSIDERANDO a existência de procedimento instaurado no âmbito do Ministério Público, no qual o(a) noticiante informa ofensa ao princípio da impessoalidade na Prefeitura do Município de Novo Airão, em favor do então Prefeito Frederico Junior, consistente na utilização de sua imagem pessoal em postagens institucionais realizadas ao final de cada mês, informando sobre o pagamento dos salários dos servidores, com o uso de marcas oficiais do Município;

CONSIDERANDO que, embora a noticiante não tenha apresentado prova suficiente de reiteração da conduta pelo ex-gestor, faz-se necessário prevenir a ocorrência de prática semelhante no atual mandato do Prefeito Otávio Farias e do Presidente da Câmara Municipal;

CONSELHO SUPERIOR

Silvane Raquelias
Mara Pegaperi Leão
Pablo Carlo Soares Cyrino
Silvia Abdala Turma
José Bernardo Faria's Júnior
Neyde Regina Demóstenes Tronani
Silvane Nobre de Lima Osório

Leda Mara Resolmento Albuquerque
(Presidente)
Silvane Nobre de Lima Osório
Adalton Albuquerque Melo
Leda Mara Resolmento Albuquerque
Silvia de Paula Freitas
Jorge Michel Ayres Martins
Nora Silvia de Souza

COFEDORA

Silvia Abdala Turma

CONSIDERANDO que o pagamento de salários é uma obrigação legal do gestor público, não podendo ser utilizado como meio de autopromoção, sob pena de ofensa aos princípios da moralidade e impessoalidade;

CONSIDERANDO que a veiculação de informações institucionais deve se restringir ao interesse público, sendo vedada qualquer referência que possa caracterizar favorecimento, promoção pessoal ou propaganda política de agentes públicos;

CONSIDERANDO que a utilização de símbolos oficiais do poder público em postagens contendo imagens pessoais de gestores, especialmente em informações sobre pagamentos de salários, desvirtua a publicidade institucional e pode configurar improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que o descumprimento dos princípios administrativos pode ensejar responsabilidade civil, administrativa e política dos gestores públicos, com sanções previstas na legislação aplicável;

RESOLVE RECOMENDAR:

Ao Prefeito de Novo Airão, Sr. Otávio da Cruz Farias, e ao Presidente da Câmara Municipal José Roberto Veiga Guedes, que: a) Se abstenham de vincular qualquer informação relativa ao pagamento de salários de servidores municipais à imagem pessoal do gestor, evitando-se a utilização de fotografias, nomes, slogans ou qualquer outra identificação pessoal em publicações institucionais; b) Evitem a utilização de símbolos oficiais do poder público para a promoção de qualquer agente público, garantindo que a publicidade institucional observe estritamente o interesse público; c) Adotem providências para assegurar que as informações institucionais veiculadas pela Prefeitura e pela Câmara Municipal respeitem os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade, prevenindo a repetição da conduta anteriormente relatada; d) Informem ao Ministério Público, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca das providências adotadas para o cumprimento desta Recomendação, sob pena da adoção de medidas judiciais cabíveis. Registre-se, publique-se e encaminhe-se cópia desta Recomendação ao Prefeito de Novo Airão e ao Presidente da Câmara Municipal para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Novo Airão, 3 de abril de 2025.

JOÃO RIBEIRO GUIMARÃES NETTO
Promotor de Justiça Titular

Simone Raquel
Mara Pegasse Leite
Pablo Carlo Soares Cyrino
Silvia Abadia Tuma
José Ramon Pereira Júnior
Neyde Regina Demóstenes Trossane
Silvia Nobre de Lima Castro

CONSELHO SUPERIOR

Leda Mara Resolmento Albuquerque
(Presidente)
Silvia Nobre de Lima Castro
Adalberto Albuquerque Neto
Leda Mara Resolmento Albuquerque
Silvia de Paula Freitas
Jorge Michel Ayres Martins
Nora Silvia de Souza

COFEDORA

Silvia Abadia Tuma